

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



PGA 2014-2015

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Andréa Abritta Garzon

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Wagner Geraldo Ramalho Lima

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

Presidente:

Hellen Caires Teixeira Brandão

Defensora Pública – Coordenadora de Projetos e Convênios

Relatores:

Ana Cláudia Almeida Costa Leroy

Defensora Pública – Coordenadora Núcleo de Mediação

Marina Lage Pessoa Costa

Defensora Pública Assessora da Defensoria Geral

Fernando Luis Camargos

Defensor Público

Tífanie Avellar Carvalho

Defensora Pública

Rafael de Freitas Cunha Lins

Defensor Público

Kelisson Rodrigo Parreiras Murta

Superintendente de Gestão da Informação

Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha

Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças

Emerson Varela Delgado

Diretor de Logística

Carla Aparecida de Souza Carvalho

Diretora de Recursos Humanos

SUMÁRIO

1.	PGA 2014-2015 – No caminho do planejamento	05
1.1	O que é PGA?	06
1.2	Os primeiros passos do monitoramento	06
2.	METODOLOGIA	07
3	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	09
3.1	ÁREA TEMÁTICA: Institucional	09
3.1.1	Defensoria Pública Geral	09
3.1.2	Superintendência de Planejamento Gestão e Finanças/SPGF	16
3.1.2.1	Diretoria de Recursos Humanos/DRH	16
3.1.2.2	Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos/ DRLT	18
3.1.3	Superintendência de Gestão da Informação/SGI	19
3.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico	22
3.2.1	ÁREA TEMÁTICA: Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial	22
3.2.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento inicial	23
3.2.3	ÁREA TEMÁTICA: Cível	26
3.2.4	ÁREA TEMÁTICA: Família e Sucessões	28
3.2.5	ÁREA TEMÁTICA: Criminal	31
3.2.6	ÁREA TEMÁTICA: Especializadas	35
3.2.6.1	Def. Especializ. em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais/DPDH	35
3.2.6.2	Defensoria Especializada da Saúde	38
3.2.6.3	Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência	41

3.2.6.4	Defensoria Especializada da Infância e Juventude		43
3.2.6.5	Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente		44
3.2.6.6	Defensoria Especializada do Consumidor		46
3.2.6.7	Defensoria Especializada Tribunais e Superiores		47
4	CONCLUSÃO		48

1. PGA 2014-2015 – No caminho do planejamento

Em conclusão da quarta edição do Plano Geral de Atuação, constata-se que o caminho certo para se almejar os resultados desejados perpassa pelo planejamento, o qual deve envolver todos os atores responsáveis pelas ações nele previstas.

Sabe-se que o trabalho é árduo, incansável e gradual.

No entanto, por maiores que sejam as carências administrativas que a Defensoria Pública enfrenta, sempre é possível aprimorar a gestão e este é o desejo de todos aqueles que buscam, diuturnamente, encontrar o melhor trajeto para atender aos anseios da população carente de Minas Gerais.

Muito se aprendeu ao longo destes quatro anos, ficando como lição principal que o planejamento deve ter como foco o resultado.

Além do despertar para a importância do planejamento, observou-se que a Defensoria Pública de Minas se agiganta quando todos pensam e agem de maneira conjunta e coordenada, a exemplo da realização de ações no âmbito estadual, como ocorreu com o Direito a Ter Pai. Esta atuação somente se efetivou com um adequado planejamento, desde o início de 2013, e com o esforço concentrado de todos os defensores e servidores envolvidos, além das parcerias firmadas com órgãos públicos e parceiros privados, tendo sido fundamental, ainda, as lições compartilhadas pelos precursores do Triângulo Mineiro.

É inequívoco o nível de excelência dos serviços prestados pelos órgãos de atuação da Defensoria Pública, em todo o Estado de Minas Gerais, no âmbito judicial e extrajudicial, e todo o esforço para o aprimoramento constante dos serviços públicos de assistência jurídica, por meio de um adequado planejamento, o que pode ser observado também por ocasião do I Concurso de Práticas Exitosas da Defensoria mineira, que reafirmou a importância da atuação na seara extrajudicial.

Tais práticas, previstas no PGA 2013-2014, não obstante a elevada carga de trabalho, mostraram-se primorosas e passaram a servir de modelos de atuação a serem replicados para toda a Instituição.

Soma-se ao planejamento efetuado, a dedicação e criatividade dos membros e servidores da Defensoria Pública, que vem permitindo todo o trabalho exitoso empreendido pela Instituição, compensando em parte a carência de recursos estruturais, inclusive orçamentários.

Assim, através do planejamento, possibilita-se a elaboração de ações para o levantamento dos gargalos da Instituição e um equacionamento organizado visando à obtenção das soluções para tais problemas.

Constata-se, ademais, que um importante salto do planejamento institucional foi alcançado com a implementação paulatina do processo de monitoramento formal, que foi iniciado em janeiro de 2014, aguardando-se sua conclusão para maio do ano corrente.

Conclui-se, portanto, que a moderna administração, seja pública ou privada, passa necessariamente pela utilização de técnicas adequadas de planejamento e monitoramento, cujos reflexos alcançam positivamente o dia a dia das áreas finalística e meio da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que pode cumprir com eficácia e eficiência a sua missão constitucional.

1.1. O que é o PGA?

O PGA tem previsão legal no art.10 da Lei Complementar Estadual 65/2003, tratando-se de um dever imposto ao Defensor público Geral, que deverá apresentá-lo para referendo do Conselho Superior.

É, assim, um plano anual, portanto, planejamento de curto prazo.

O desejado planejamento estratégico, objetivo específico nº 01 dos PGAs 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015, aguarda recursos a serem disponibilizados nos próximos meses pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que disponibilizou linha de crédito para a modernização da gestão da Defensoria Pública (programa PMAE-Defensorias).

Entretanto, não se deve reduzir a importância do PGA, instrumento que provoca, gradativamente, o debate interno e, sobretudo, em sua última edição, foi bravamente perseguido. Como consequência, ele já produziu muitos resultados exitosos desde a sua primeira elaboração.

Segue-se o desafio de despertar o interesse deste mecanismo de planejamento em todos os membros e servidores, por ser ele o caminho para se alcançar os objetivos traçados pela Instituição.

1.2. Primeiros passos do monitoramento

O PGA 2013/2014 foi o primeiro cujas ações foram formalmente monitoradas e transformadas em projetos internos, atribuindo-lhes um gestor específico responsável. Sem dúvida, grande avanço, pois não se concebe a realização de uma ação, projeto ou programa sem que ocorra o devido

monitoramento, seja para cobrar o resultado a quem compete a sua execução, seja para externar o que se realizou ou os motivos da não conclusão. Nos PGAs anteriores, não foi consubstanciado em um documento formal o monitoramento de suas ações, apesar de, na prática, ter havido um acompanhamento por vários agentes.

Desta forma, o monitoramento visa salvaguardar dois princípios básicos da Administração Pública: eficiência e transparência, sendo o terceiro passo do caminho para se chegar ao resultado, veja-se: 1) planejar; 2) fazer; **3) avaliar** e 4) reconduzir.

Além do efeito psicológico – satisfação do cumprimento de tarefas, prático – permitir recondução de processos, o monitoramento se apresenta como importante ferramenta de gestão transparente que prima pela eficiência.

Experimentou-se, desta forma, a satisfação de monitorar e apresentar os resultados, sabendo-se que muito ainda tem que se avançar neste sentido.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada não se afastou das realizadas nos PGAs anteriores, ampliando-se a participação de valorosos membros do interior do Estado.

Também se buscou dividir tarefas entre os integrantes da comissão, atribuindo-lhes a missão de conversar pessoalmente com cada coordenador regional, orientando-lhes, em sequência, para que fizessem o mesmo com os demais coordenadores locais ou de especializadas.

Uma inovação em relação ao PGA anterior, foi a ampliação do prazo máximo para execução das metas para 2 (dois) anos, sem perder de vista que haveria uma revisão no prazo de 1 (um) ano, não se olvidando, entretanto, de cumprir o comando legal. Tal decisão se deu para evitar que o reduzido prazo de um ano pudesse inibir importantes propostas que poderiam se perder no ano seguinte, além da natural situação de que várias ações possuem médio e longo prazo.

No entanto, a manutenção de grande parte dos membros, já na quarta elaboração do PGA, tenha minimizado tal risco.

Assim, mais uma vez, sente-se a carência de se construir também um planejamento de longo prazo, o que se espera, será concretizado em breve com o aprovação do projeto já encaminhado ao BNDES.

Buscou-se, também, construir um documento por sugestões daqueles que são os responsáveis pela execução.

Reiterou-se, ademais, o consenso de que o documento necessitava ser claro e conciso, buscando-se a devida divulgação.

Os itens integrantes dos documentos anteriores (objetivos, índice de referência, indicador e unidade de medida) foram mantidos, observando-se, quanto à busca de sugestões, uma maior facilidade em seu manuseio.

Dentro da metodologia adotada, a mensuração das metas foi mantida, de modo a permitir a atuação corretiva e a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto.

O índice de referência, por sua vez, ilustra a situação atual do objetivo específico a ser cumprido.

O indicador representa o que se deseja que seja efetivamente cumprido no plano concreto, seguindo-se da quantificação da meta, expressa conforme a unidade de medida relacionada.

O desafio persiste, mas o caminho a ser percorrido é a cada dia mais palpável e com maior certeza de sucesso.

3.OBJETIVOS, ÍNDICE DE REFERÊNCIA INDICADORES E METAS

3.1 ÁREA TEMÁTICA: Institucional

Objetivo Geral: Promover a expansão e modernização da estrutura institucional, incluindo a valorização de defensores e servidores

3.1.1 Defensoria Pública Geral / DPG

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar o planejamento estratégico da Instituição.	Realizadas reuniões com empresas de consultoria, bem como apresentados orçamentos. Inserida a ação de contratação de empresa de consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico na carta-consulta apresentada ao BNDES (Programa PMAE-Defensorias). Aguarda aprovação do BNDES.	Planejamento elaborado	Número absoluto	1
02	Criar programa interno de otimização de recursos.	Foi constituída comissão responsável pelo projeto de otimização de recursos que apresentou o relatório final em 2013. Ações desta natureza são realizadas ordinariamente pela SDPG, SPGF e SGI.	Itens de custeio reduzidos. (Correios, água, luz, telefone, papel)	Número absoluto	5

03	Criar programa de monitoramento de metas previstas no PGA e de aferição da eficácia e da eficiência das ações, projetos e programas em andamento.	Rotina de monitoramento das metas já implantada para o PGA 2013/2014.	Programa implementado	Número absoluto	1
04	Realização do VII concurso público para provimento de 100 vagas de Defensor Público.	Comissão criada e edital de licitação publicados.	Concurso realizado	Número absoluto	1
05	Acompanhar junto ao governo Estadual o projeto de adequação da Lei Complementar Estadual nº 65/03 às mudanças legislativas recentes e à autonomia da DPMG.	Projeto encaminhado ao Governador	Projeto aprovado	Número absoluto	1
06	Acompanhar junto ao governo Estadual o Projeto de Lei que cria o plano de carreira de servidores administrativos e de apoio técnico-jurídico.	Projeto encaminhado ao Governador	Projeto aprovado	Número absoluto	1
07	Realizar o I Concurso para cargos da área meio e assessores da Defensoria Pública com lotação para BH e interior.	Proposta de lei enviada ao Governador	Concurso realizado	Número absoluto	1
08	Apresentar proposta de lei para a criação do Fundo para arrecadação de recursos de custeio e investimento da Defensoria Pública.	Projeto encaminhado ao Governador	Projeto aprovado	Número absoluto	1
09	Elaborar regulamento interno da DPMG.	Aguarda aprovação da reforma da Lei 65/2003.	Regulamento apresentado ao Conselho interno	Número absoluto	1

10	Implantar a Ouvidoria da DPMG	Aguarda aprovação da reforma da Lei 65/2003	Ouvidoria implantada	Número absoluto	1
11	Realizar consulta interna para definição dos nomes das novas sedes da DPMG e do auditório.	Inexistente	Consulta realizada	Número absoluto	1
12	Aumentar o número de vagas de estágio remuneradas e o valor da bolsa e do auxílio-transporte	180 vagas existentes	Número total de vagas de estágio remuneradas	Número absoluto	600
		Em janeiro/14, o valor da bolsa auxílio passou a ser de R\$ 475,00, e o auxílio transporte se manteve em R\$ 60,00, gerando um total de R\$ 535,00 para cada estagiário.	Valor da bolsa e auxílio-transporte	Número absoluto	R\$600,00
13	Ampliar suporte de assistência psicossocial para a DPMG por meio de parcerias com faculdades e instituições.	Implantado na DPMG de Belo Horizonte e expandido para a Defensoria Pública de Teófilo Otoni.	Novas sedes no interior com suporte de assistência psicossocial	Número absoluto	5
14	Captar recursos junto a outros entes federados e instituições de fomento para a execução de novos projetos.	Governo Federal: 2 convênios vigentes em abril/2014, 1 encerrando vigência em maio/2014. Emendas parlamentares: 500.000,00 – Justiça Itinerante; 50.000,00 – Educação em Direitos; 501.000,00 – Construção da sede da Defensoria de Uberlândia.	Novos projetos financiados	Número absoluto	2
15	Promover a VI Semana da Defensoria Pública.	Rotina anual	Comemoração realizada	Número absoluto	1

16	Realizar o II Fórum de Gestão da Defensoria Pública.	O I Fórum de Gestão foi realizado em 2013 e foi exitoso.	Evento realizado	Número absoluto	1
17	Adequar e ampliar o Programa Ambientação na DPMG, nas novas sedes da Capital e interior.	Inexistente	Projeto adequado e implantado em sedes da DPMG na Capital e interior	Número absoluto	3
18	Realizar concurso de “Boas Práticas Administrativas”, com premiação na Semana do Servidor.	Inexistente	Concurso Realizado	Número absoluto	1
19	Atuar junto ao Poder Executivo e Legislativo para aumento do subsídio do Defensor Público e diminuição do interstício entre classes.	Projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa em abril de 2014.	Publicação da lei	Número absoluto	1
20	Elaborar vídeos divulgando as atribuições e o trabalho institucional, bem como matérias técnicas específicas.	Vídeos institucionais já produzidos: atribuições gerais (versão I) e promocional do mutirão “Direito a Ter Pai”.	Vídeos elaborados	Número absoluto	5
21	Promover III concursos de Práticas Exitosas entre os Defensores Públicos, com divulgação das práticas anteriores no sítio institucional.	II Concurso em andamento	III Concurso concluído	Número absoluto	1
22	Criar um programa de visitação de estudantes para conhecimento dos serviços da Defensoria Pública.	Inexistente	Programa implantado	Número absoluto	1
23	Criar o memorial da DPMG na sede da Rua Bernardo Guimarães.	Comissão publicada	Memorial criado	Número absoluto	1

24	Realizar periodicamente visitas de inspeção da estrutura física das sedes da DPMG no interior.	As visitas são realizadas por provocação dos coordenadores locais e/ou regionais .	Visitas realizadas	Número absoluto	20
25	Instalar placas de identificação nas sedes da DPMG, capital e interior e criar nova identidade visual para os veículos oficiais.	Estudo iniciado pela Ascom	Placas instaladas e veículos oficiais com layouts alterados	Número absoluto	103 37 veículos
26	Iniciar obra de construção de sede própria na Comarca de Uberlândia.	Liberada verba parcial por meio de emenda parlamentar; imóvel doado; estudos em andamento para início da elaboração de projetos e complementação dos recursos.	Obra iniciada	Número absoluto	1
27	Promover novas locações para estruturação de sedes no interior e/ou melhoria de suas instalações.	Usualmente, têm sido locados imóveis em caso de diminuição de espaço nos Fóruns para a DPMG pelo Poder Judiciário, quando a instituição não possui sede na comarca, em caso da precariedade das instalações ou quando o Município se recusa a renovar TCTs, cujo objeto é a cessão de um imóvel para a Instituição.	Sedes locadas	Número absoluto	7
28	Inserir a DPMG nas redes sociais com foco em educação em direitos.	Facebook criado – aguarda projeto para educação em direito na forma virtual.	Endereços em redes sociais criados.	Número absoluto	1

29	Criar a Escola Superior da DPMG.	Em fase de concepção, a criação do centro de capacitação, que será o embrião da Escola Superior e do Centro de Desenvolvimento Institucional, com início das atividades previstas para maio/14. Equipamentos para sua estruturação foram incluídos na carta-consulta do BNDES.	Escola Superior criada	Número absoluto	1
30	Expandir e aprimorar o atendimento 129, criando fluxo para atendimento a ser realizado no interior.	O número é direcionado para o atendimento geral de BH.	Funcionamento para todo o Estado de Minas Gerais	Número absoluto	1
31	Apoiar a realização do II Congresso Mineiro de Defensores Públicos a ser realizado pela ADEP-MG.	Tratativas já iniciadas com a diretoria da ADEP-MG.	Congresso realizado.	Número absoluto	1
32	Apoiar a realização do I Prêmio de matérias jornalísticas a ser promovido pela ADEP-MG.	Tratativas já iniciadas com a diretoria da ADEP-MG.	Prêmio realizado	Número absoluto	1
33	Expandir o sistema de senhas eletrônicas nas comarcas do interior visando à gestão padronizada de atendimento nas comarcas.	Inexistente no interior	Sistema de senhas expandido	Número absoluto	10
34	Promover a reestruturação das salas de apoio da DPMG nos fóruns da capital e interior, com a autorização do Poder	Tratativas com Judiciário iniciadas	Salas estruturadas e divulgadas	Número absoluto	capital - 1

	Judiciário, divulgando a sua disponibilização.				interior 10
35	Ampliar a disponibilização de serviços de limpeza e/ou manutenção nas sedes da DPMG do interior.	Já existentes e/ou aprovadas os serviços de limpeza para as comarcas de Betim, Uberaba, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Contagem, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Contagem, Uberlândia, Varginha, Ponte Nova, Governador Valadares, Montes Claros e Barbacena.	Comarcas atendidas	Número absoluto	10
36	Elaborar projeto básico para as defensorias nas comarcas que já possuem terreno doado para construção.	Inexistente, tratativas realizadas com o Crea-Minas sem sucesso.	Projetos concluídos	Número absoluto	X
37	Criação de grupo de estudos e divulgação de boas práticas em tutela coletiva para atuações estaduais.	Inexistente	Grupo criado	Número absoluto	1
38	Promover atuação especial de atendimento junto ao evento “Copa do Mundo de 2014” em Belo Horizonte.	Comissão instituída. Reuniões iniciadas.	Atendimento realizado	Número absoluto	1
39	Incrementar Programa de Estágio Obrigatório, buscando um maior intercâmbio em todas as áreas de atendimento da DPMG, em parceria com a Universidade.	Contatos iniciados com a Faculdade Newton Paiva.	Estágios concedidos	Número absoluto	150

40	Adaptação de imóveis da Instituição às normas de acessibilidade.	Projetos iniciados	Imóveis adaptados	Número absoluto	15
41	Criar banco de teses e aprimorar banco de peças jurídicas.	Banco de petições existente, mas sem atualização e procedimento de controle.	Banco criado/aprimorado	Número absoluto	2

3.1.2 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.2.1 Diretoria de Recursos Humanos / DRH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
42	Desenvolver projeto de Educação Corporativa em ambiente virtual.	Inexistente	Projeto concluído	número absoluto	1
43	Implementar as reuniões do projeto “Conversando sobre Pessoas”.	Em elaboração	Reuniões implementadas	número absoluto	5

44	Implementar e acompanhar os cursos na área de Gestão no "Programa de Desenvolvimento de Pessoas", dentro do Projeto financiado pelo BNDES.	Em elaboração	Cursos aplicados	número absoluto	21 cursos
					30 participantes
45	Mapear os resultados da Avaliação de Desempenho Anual/2013.	Existente	Mapeamento concluído	número absoluto	1
46	Divulgar e acompanhar os Cursos à Distância.	Em execução, este objetivo será realizado continuamente; atualmente estão disponíveis os seguintes cursos.	Acompanhamento e divulgação contínuos	%	100%
47	Digitalização das pastas funcionais de defensores e servidores.	Inexistente	Digitalização concluída	Número absoluto	1

3.1.2.2 Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos / DRLT

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
48	Concluir mudança da sede para a “Seplag II”.	Mudança sendo realizada.	Mudança concluída	Número absoluto	1
49	Elaborar cartilha sobre noções básicas do processo de compras, da execução orçamentária e financeira e guarda dos bens patrimoniais.	Inexistente	Cartilhas distribuídas aos coordenadores e intranet	Número absoluto	103
50	Aprimorar o atendimento do Setor de Manutenção.	Requisição por e-mail, telefone ou formulário.	Criação de Ordem de Serviço para atendimento.	Número absoluto	1
51	Proceder à devolução da sede da Rua Paracatu ao locador.	Mudança em andamento	Sede da Rua Paracatu entregue ao locador	Número absoluto	1
52	Visitar as comarcas do interior para consolidação das demandas da DPMG.	Levantamentos constantes e visitas às regionais.	Comarcas visitadas	Número absoluto	103

3.1.3 Superintendência de Gestão da Informação / SGI

3.1.3.1 Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
53	Criar ambiente virtual para acompanhamento de demandas formuladas ao Gabinete e administrativo em geral.	Inexistente	Ambiente virtual criado	Número absoluto	1
54	Criar sistema informatizado para o Conselho Superior para divulgação do andamento dos procedimentos.	Inexistente	Sistema criado	Número absoluto	1
55	Aprimorar o relatório on-line da Corregedoria e sistema de controle de procedimentos administrativos.	Sistema existente	Aprimoramento realizado	Número absoluto	1
56	Otimizar o processo de atendimento/suporte remoto as estações de trabalho dos defensores e servidores.	Executado acima de 85%	Processo otimizado	%	100%
57	Executar sistema para inventário de software e hardware de todo o parque tecnológico da Defensoria.	Executado acima de 85%	Execução total	%	100%
58	Executar sistema para monitoramento de softwares nas estações de trabalho da DPMG.	Executado acima de 85%	Execução total	%	100%

59	Aprimorar a comunicação de dados das unidades da Defensoria.	Executado acima de 85%	Aprimoramento concluído	Número absoluto	1
60	Implantar ambiente virtual de aprendizagem.	Inexistente	Ambiente implantado	Número absoluto	1
61	Sanear e organizar as informações existentes no Sistema de Gestão da Defensoria (SIGED).	Executado acima de 85%	Informações SIGED saneadas e organizadas	Número absoluto	1
62	Informatizar o fluxo de troca de documentos internos da DPMG.	Inexistente	Fluxo informatizado	Número absoluto	1
63	Aprimorar o sistema de atendimento da sede da DPMG.	Sistema de atendimento já operante; início das ações de aprimoramento já iniciadas .	Sistema aprimorado	Número absoluto	1
64	Otimizar o processo de cadastramento das petições iniciais no SIGED.	Inexistente	Cadastramento petições no SIGED otimizadas	Número absoluto	1
65	Implementar projeto para substituição/adequação do novo sistema de informação e gestão da DPMG, com a especificação funcional dos módulos vinculados às áreas meio e finalística, bem como da infraestrutura de hardware, software básico e comunicação.	Carta-consulta já enviada ao BNDES, aguardando aprovação para licitação/contratação de empresa especializada para desenvolvimento/adequação do novo sistema e aquisição de equipamentos de infraestrutura.	Projeto implementado	Número absoluto	1

66	Implantar sistema de atendimento para as grandes unidades da DPMG.	Inexistente	Sistema implantado	Número absoluto	1
67	Implantar de sistemas de atendimento – central de relacionamento com o cidadão (CRC).	Inexistente	Sistema CRC (Central de Relacionamento com o cidadão) implantado.	Número absoluto	1
68	Desenvolver módulo para sistema eleitoral da DPMG.	Inexistente	Módulo sistema eleitoral da DPMG implantado	Número absoluto	1
69	Desenvolver módulo para sistema de controle de demandas da DPMG.	Inexistente	Módulo sistema de controle de demandas da DPMG implantado	Número absoluto	1
70	Desenvolver módulo para distribuição automática de processos relativos a segunda instância criminal, integrado ao sistema Jippe / TJMG.	Inexistente	Módulo de distribuição automática de processos de 2ª Instância Criminal implantado.	Número absoluto	1
71	Criar aplicativo que possibilite o acesso via aparelhos celulares aos ambientes virtuais da DPMG.	Inexistente	Aplicativo criado	Número absoluto	1

3.2 ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico

Objetivo Geral: Incrementar os serviços prestados pela Defensoria em todas as suas áreas de atuação, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços.

3.2.1 Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
72	Realizar programa de Justiça Itinerante em municípios integrantes de comarcas com Defensoria Pública instalada.	Programa em fase de elaboração	Comarcas atendidas	%	30%
73	Criar projeto para elaboração de cartilhas com temas de relevante interesse institucional.	Inexistente; a DPMG possui recursos provenientes de emenda parlamentar – R\$ 50.000,00 para impressão.	Projeto elaborado	Número absoluto	1
74	Criar cronograma e agenda para utilização das tendas infláveis.	Em elaboração	Cronograma e agenda criados	Número absoluto	1
75	Atuar como parceira da Campanha “VOTO CONSCIENTE – Eleições 2014, o que você tem a ver com a corrupção?”.	Em execução, a DPMG atua como apoiadora da campanha promovida pelo MPMG e TRE/MG, tendo captado patrocínio junto ao Sincor/MG, para confecção de material gráfico, além de participar como divulgadora do evento na capital e comarcas do interior.	Comarcas com parceria realizada	Número absoluto	30

76	Proceder ao treinamento de Defensores e servidores em mediação familiar e escolar.	Tratativas iniciadas para treinamento pelo MESC.	Defensores treinados	Número absoluto	50
77	Proceder ao Treinamento de Crianças e Adolescentes para disseminação de conhecimentos em educação em direitos em Governador Valadares, intitulado “Defensores Mirins”, criando-se espaço interativo no sítio institucional.	Inexistente	Menores treinados	Número absoluto	50

3.2.2 Área Atendimento Inicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
78	Efetivar atendimento agendado de todos assistidos para capital.	Sistema de informática em desenvolvimento. Linha ativada.	Atendimento efetivado	Número absoluto	1
79	Expandir para todo o estado o atendimento agendado e à distância.	Iniciado estudos	Comarca com atendimento agendado	Número absoluto	40
80	Extinguir as filas para acesso ao serviço prestado pela Defensoria Pública em BH.	Vinculação ao item 78 e 79	Filas extintas	%	100%

81	Implementar conjuntamente com setor de informática novo sistema de atendimento com substancial melhoria para rotina de trabalho.	Novo sistema de atendimento em desenvolvimento.	Sistema implementado	Número absoluto	1
82	Criar programa de atendimento humanizado.	Treinamento contínuo com psicóloga em BH	Programa criado e implantado	Número absoluto	1
83	Efetuar parcerias com iniciativa pública e privada para oferta de alimentação e transporte para assistido hipervulnerável em BH.	Tratativa existente com diversos órgãos públicos e iniciativa privada.	Parcerias firmadas	Número absoluto	1
84	Normatizar e divulgar as práticas realizadas pelo atendimento com elaboração do Manual de Práticas.	Realizado, mas em adaptação continua.	Normatização concluída e divulgada	Número absoluto	1
85	Realizar fóruns de discussão entre os coordenadores locais de boas práticas no atendimento ao assistido no interior.	Discussão diária com Defensores Públicos e coordenadores.	Fóruns realizados	Número absoluto	3
86	Criar secretaria de apoio administrativo com funcionário e jovem aprendiz.	Indefinido	Secretaria criada	Número absoluto	1
87	Promover visitas domiciliares e institucionais pela equipe multidisciplinar.	5 visitas realizadas	Visitas promovidas	Número absoluto	20

88	Ampliar e fortalecer o contato e estabelecer parcerias com a rede de saúde e rede social.	Reuniões realizadas	Parcerias firmadas	Número absoluto	3
89	Participar em congressos, conferências, seminários, reuniões com o sistema de políticas públicas e ações sociais.	Participação contínua	Participação em eventos	Número absoluto	1
90	Celebrar Termos de Cooperação Técnica (TCT) e aditivos com Instituições de Ensino Superior para o encaminhamento dos assistidos que apresentam demandas psicológicas (Psicodiagnóstico infantil e juvenil, Atendimento Psicoterápico etc.).	Reuniões realizadas	TCTs firmados	Número absoluto	2
91	Realizar palestras sobre a DPMG e sobre o Núcleo Psicossocial em instituições públicas e privadas.	Contínuo	Palestras realizadas	Número absoluto	2
92	Criar Brinquedoteca	Brinquedos adquiridos	Brinquedoteca criada	Número absoluto	1
93	Elaborar rotina de laudos técnicos em processos com temas psicossocialmente relevantes.	Inexistente	Rotina implantada	Número absoluto	1

94	Criar Biblioteca com a aquisição de livros de Psicologia e testes psicológicos de uso restrito ao psicólogo.	Inexistente	Biblioteca criada	Número absoluto	1
-----------	--	-------------	-------------------	-----------------	---

3.2.3 Área Cível

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
95	Diminuir o número de ações judiciais na área cível em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito), por meio da conciliação e mediação realizadas no Núcleo Extrajudicial.	Em execução	Número de Conciliações realizadas/ Número de acordos firmados.	Número absoluto	50
96	Elaborar enunciados para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior.	Em fase de elaboração	Enunciados elaborados e divulgados eletronicamente.	Número absoluto	12
97	Fortalecer o Núcleo de Atuação Extrajudicial, dotando-o de estrutura (sala e servidor).	Estrutura inexistente	Estrutura implantada	Número absoluto	1
98	Distribuir as cartilhas educativas do DPVAT para as Regionais da Defensoria Pública no Interior.	Cartilhas impressas	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1.000 mil

99	Fortalecer a Defensoria do Barreiro possibilitando a melhoria quantitativa e qualitativa do número de iniciais.	Estudos para a viabilização da elaboração, em Belo Horizonte, das iniciais não vinculadas das áreas Cível e Família do Barreiro, em andamento.	Percentual de iniciais não vinculadas distribuídas em BH e acompanhadas no Barreiro.	Percentual	90%
100	Executar o TCT já assinado com o Crea-Minas para atuação extrajudicial nos conflitos de vizinhança.	Em execução	Número de casos encaminhados.	Número absoluto	20
101	Criar secretaria de apoio administrativo para envio de correspondências, a busca e remessa de processos na Capital.	Em execução	Secretaria estruturada	Número absoluto	1
102	Fortalecer o Cartório das Defensorias Fazendárias.	Em fase de criação	Secretaria estruturada	Número absoluto	1
103	Fortalecer o trabalho em rede, por meio da participação em congressos, seminários e ações sociais na capital e no interior.	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	5

3.2.4 Área Família e Sucessões

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
104	Diminuir o número de ações judiciais na área de família em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito), por meio da conciliação extrajudicial.	Indefinido	Percentual de sucesso nas conciliações.	%	50%
105	Criar Central de Atendimento Inicial na área de Família em Teófilo Otoni.	Inexistente	Central de Atendimento inicial criada.	Número absoluto	1
106	Expandir a atuação da DPMG na área de família nas Defensorias de menor IDH.	Indefinido	Comarcas com a expansão procedida.	Número absoluto	10
107	Diminuir o número de ações judiciais na área de família na comarca de BH por meio do Núcleo de Mediação Familiar.	Indefinido	Percentual de sucesso nas mediações.	%	50%
108	Elaborar Boletim Informativo “Tirinhas de Família”, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior.	Existente, mas sem periodicidade.	Boletim informativo trimestral elaborado.	Número absoluto	4

109	Fortalecer o Programa “Ampla Defesa ao Réu Citado por Edital e por Hora Certa” na 13ª Defensoria de Família de Belo Horizonte.	Existente, mas aguarda melhorias.	Pessoas localizadas	Número absoluto	200
110	Fortalecer o trabalho em rede, através de participação em congressos, seminários e ações sociais, na capital e interior.	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	4
111	Criar e implementar projeto de otimização dos trabalhos afetos a área de Sucessões, visando a facilitação da coleta de documentos pelos assistidos	Projeto em concepção.	Projeto criado e implementado.	Número absoluto	1
112	Implementar atendimento intermediário dos assistidos para informações e agendamento dos encaminhamentos.	Em fase de concepção para a nova sede na Rua Bernardo Guimarães nº 2731.	Atendimento intermediário implementado.	Número absoluto	1
113	Fortalecer o cartório para apoio administrativo aos Defensores (protocolo e distribuição de petições, envio de malote com processos, elaboração e envio de cartas).	Projeto em implementação.	Cartório estruturado	Número absoluto	1
114	Executar o projeto segundo “Mutirão Direito a Ter Pai” em Minas Gerais.	1º Mutirão Direito a Ter Pai realizado em maio/2011 em Uberlândia e o 1º Mutirão Direito a ter Pai Estadual em outubro/2013.	Mutirão realizado	Número absoluto	30 comarcas
115	Reeditar e distribuir a cartilha “Alienação Parental”.	Cartilha já elaborada em 2012	Cartilha distribuída	Número absoluto	5000

116	Executar "Mutirão Casamento coletivo" em Belo Horizonte e interior.	Projeto iniciado	Mutirão realizado	Número absoluto	10
117	Buscar parceria com o TJMG com o objetivo de que o envio dos mandados de averbação de divórcio/paternidade e registro de sentença de curatela seja realizado pelas Secretarias das Varas de Família de Belo Horizonte diretamente para os respectivos Cartórios de Registro Civil.	Solicitação realizada (Ofício 0585/2013-DPMG/DPG enviado em novembro de 2013 para a Corregedoria Geral do TJMG e ainda sem resposta).	Parceria implementada	Número absoluto	1
118	Buscar parceria com o TJMG como o objetivo de que o envio das intimações de audiências para os assistidos seja realizado pelas Secretarias das Varas de Família de Belo Horizonte para as partes.	Solicitação realizada (Ofício 0586/2013-DPMG/DPG enviado em novembro de 2013 para a Corregedoria Geral do TJMG e ainda sem resposta).	Parceria implementada	Número absoluto	1
119	Buscar parceria com o TJMG para que seja realizado Convênio com o Setor de Arquivo de Feitos do Fórum Lafayette para facilitar o procedimento de desarquivamento dos autos pelos assistidos da Defensoria Pública de Minas Gerais.	Solicitação realizada (Ofício 0587/2013-DPMG/DPG enviado em novembro de 2013 para a Corregedoria Geral do TJMG ainda sem resposta).	Parceria implementada	Número absoluto	1
120	Buscar parceria com o TJMG para que os servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais providenciem a juntada aos autos de processo do comprovante de citação por edital.	Solicitação realizada (Ofício 0588/2013-DPMG/DPG enviado em novembro de 2013 para a Corregedoria Geral do TJMG e ainda sem resposta).	Parceria implementada	Número absoluto	1

121	Realizar o I Mutirão de Reconhecimento de União Estável em Ituiutaba.	Inexistente	Mutirão realizado	Número absoluto	1
------------	---	-------------	-------------------	-----------------	---

3.2.5 Área Criminal

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
122	Realizar reunião de padronização e uniformização de atribuições entre os Defensores Criminais da 1ª e 2ª Instância.	Inexistente	Reunião realizada	Número absoluto	2
123	Participar de reuniões com o sistema de políticas sobre drogas e audiências públicas sobre o tema, a fim de buscar um atendimento mais qualificado ao dependente químico bem como integração com os Defensores do interior.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
124	Criar secretaria de apoio administrativo criminal na capital, para recebimento e envio de processos e correspondências, bem	Inexistente	Secretaria implementada	Número absoluto	1

	como implementar o transporte de processo entre o fórum Lafaiete e a sede da DPMG, em razão da mudança para a rua Bernardo Guimarães, nº 2.731.				
125	Atuar junto ao Núcleo de Saúde perante os poderes constituídos para a ampliação dos serviços de atendimento às pessoas dependentes de álcool e /ou drogas.	Inexistente	Atendimentos ampliados	Número absoluto	1
126	Participar de mutirões carcerários e do tribunal do júri, a serem realizados em parceria com o TJMG, Ministério Público e SEDS.	Alguns mutirões do Tribunal do Júri foram realizados em 2013 com participação da DPMG.	Mutirões realizados	Número absoluto	3
127	Estruturar as salas do Ceresp Gameleira para atendimento dos presos provisórios.	Inexistente	Salas estruturadas	Número absoluto	1
128	Implementar mecanismos para recebimento e processamento de Autos de Prisão em Flagrante Delito eletrônicos, em atenção à Portaria Conjunta do Governo do Estado de Minas Gerais, TJMG, MPMG e DPMG.	Inexistente	Sistema informatizado implantado	Número absoluto	1

129	Criar mecanismo eletrônico a fim de monitorar o andamento de Autos de Prisão em Flagrante, delitos e processos.	Inexistente	Sistema implantado	Número absoluto	1
130	Divulgar os mecanismos já disponibilizados pelo Estado e pela DPMG para tratamento dos dependentes químicos.	Algumas parcerias para encaminhamento formuladas, mas carente de divulgação.	Divulgação realizada	Número absoluto	1
131	Criar cartilha informativa destinada aos presos provisórios e seus familiares.	Cartilha existente,	Cartilhas confeccionadas	Número absoluto	20.000
134	Expandir a atuação da Defensoria Pública junto à Central de Flagrantes.	Inexistente	Expansão realizada	Número absoluto	1
135	Executar recursos do Fundo Penitenciário.	Execução do FUPEN vem sendo realizada anualmente (em 2012- R\$151.843,00) (em 2013 - R\$ 258.877,89)	Execução do recurso	%	100%

136	Atuar junto aos poderes constituídos, órgãos públicos e sociedade civil pelo aumento e fortalecimento de unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).	Em BH, participação de audiência na Câmara dos Vereadores para implementar APAC feminina.	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
137	Expandir a integração da DPMG nos conselhos da comunidade, conforme disposto na Lei de Execução Penal, onde ele estiver constituído.	Integração dos Conselhos em inúmeras Comarcas	Conselhos de comunidade em que a DPMG passou a integrar.	Número absoluto	5
138	Atuar junto ao Estado para a criação/estruturação de salas permanentes para a DPMG nas unidades prisionais.	Em execução pela coordenação do “Libertas”.	Salas implantadas	Número absoluto	2
139	Atuar junto ao Poder Judiciário para que seja cumprida a Resolução nº 66, de 26 de janeiro de 2009 do CNJ, especialmente no tocante à comunicação das prisões cautelares à DPMG.	Indefinido	Reuniões ou visitas realizadas	Número absoluto	2
140	Incrementar atuação da DPMG junto à Pastoral Carcerária, conforme objeto do TCT firmado.	TCT firmado	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

141	Ampliar projeto de Justiça Restaurativa a ser desenvolvido pela Defensoria junto ao Poder Judiciário e demais órgãos afetos para outros órgãos de atuação.	Curso de capacitação realizado por Defensores; projeto “Além da Culpa” em fase inicial de execução em Juiz de Fora.	Novos órgãos de atuação com implementação do projeto	Número absoluto	2
142	Promover mutirões semestrais em Execução Penal na Comarca de Uberaba.	Rotina já realizada	Mutirões realizados	Número absoluto	2
143	Desenvolver projeto para otimização do atendimento ao reeducando, com o fornecimento de informações da situação prisional via correspondência.	Atendimentos em andamento em Teófilo Otoni.	Implantado nas Defensorias	Número absoluto	5

3.2.6. Defensorias Especializadas

3.2.6.1 Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
144	Promover ações de monitoramento do sistema prisional, por intermédio de visitas nas unidades, expedição de ofícios solicitando informações aos colegas Defensores do interior e elaboração de relatório e panorama	Inexistente	Monitoramento efetivado	Número absoluto	3

	das violações de direitos humanos recorrentes no sistema penitenciário, com fins repressivos e de coibição das práticas de maus tratos e tortura freqüentes nas unidades prisionais em todo o Estado de Minas Gerais.				
145	Promover ações descentralizadas e/ou itinerantes a comunidades vulneráveis em conflitos socioambientais e/ou fundiários, urbanos e/ou rurais, mediante visita e atendimento comunitário para sanar dúvidas e divulgar informações de ações promovidas pela DPDPH, colher depoimentos e reclamações, mediante oitiva das lideranças e promover, quando possível, atuações extrajudiciais e de mediação de conflitos.	Inexistente	Atendimentos realizados itinerantes	Número absoluto	5
146	Promover educação ambiental e urbanística em Comunidades atendidas pela Defensoria Pública: educação e mobilização dos moradores em torno da questão ambiental e urbanística com o fim de conscientizá-los sobre o que eles próprios podem fazer para melhorar o seu ambiente e o que são demandas que devem ser levadas ao poder público.	Inexistente	Encontros realizados	Número absoluto	5

147	Elaborar relatório das ações coletivas e dos procedimentos administrativos coletivos em andamento na DPDPH.	Inexistente, o objetivo é (Criar uma memória e divulgar o trabalho realizado pelos Defensores Públicos da DPDPH, interna e externamente).	Relatório elaborado	Número absoluto	5
148	Elaborar relatório sobre o funcionamento e atividades realizadas pelos Defensores Públicos da DPDPH.	Inexistente, (O relatório será a base para o pedido de aprimoramento do relatório de atividades enviado diariamente para a Corregedoria).	Relatório elaborado	Número absoluto	6
149	Promover ações que auxiliem o atendimento de grupos específicos que podem no seu atendimento demandar tratamento diferenciado em razão da sua diversidade.	Existente, Reuniões periodicamente promovidas pela DPDPH em parceria com os parceiros das redes: LGBTT, pró-igualdade racial, de defesa da população de rua, dentre outros, com o objetivo de qualificar o atendimento da DPDPH, na medida em que são repassadas informações específicas sobre a atuação da Defensoria Pública em favor desses grupos e são recebidas críticas e elogios.	Ações realizadas	Número absoluto	5
150	Promover encontros para educação em Direitos Humanos para servidores, menores aprendizes, estagiários, Defensores Públicos, e público externo.	Inexistente	Encontros realizados	Número absoluto	10

151	Ampliar abrangência do Projeto MESC – Mediação de Conflitos na Escola.	Projeto MESC já vem sendo executado. Metodologia: 1ª etapa de sensibilização nas 12 escolas do projeto; 2ª etapa de sensibilização em 3 escolas; 3ª etapa de sala de mediação em 3 escolas.	Montagem das salas de mediação em 12 escolas.	Número absoluto	12
------------	--	--	---	-----------------	----

3.2.6.2 Defensoria Pública Especializada da Saúde

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
152	Elaborar e disponibilizar à população cartilha com informações a respeito do direito à saúde, do funcionamento do Sistema Único de Saúde, dos medicamentos padronizados nos protocolos do Sistema Único de Saúde e fornecidos gratuitamente pelo Poder Público e o procedimento a ser adotado para obtê-los extrajudicialmente.	Em elaboração	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1000
153	Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar orientação jurídica certa e precisa a portadores de enfermidades e/ou a seus familiares.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

154	Participar de forma ativa de Seminários, Conferências e reuniões cujo tema seja a saúde pública.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	7
155	Participar ativamente do Comitê de Saúde, cujas reuniões são mensais, com a finalidade de discutir as políticas públicas de assistência à saúde, que são ou serão adotadas pelo Poder Público, com o objetivo de buscar soluções viáveis e exequíveis.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	11
156	Atuar junto ao Poder Judiciário e a outros órgãos relevantes para a saúde pública, mediante participação em reuniões e seminários periódicos, com o objetivo de disponibilizar informações a respeito das dificuldades e problemas vividos pela população carente.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
157	Fortalecer o intercâmbio entre a Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Secretaria de Município de Saúde de Belo Horizonte, com a celebração de novos Termos de Cooperação Técnica (TCT) e aditivos, dando continuidade e aprimorando o TCT existente, visando a ampliação do seu objeto para inclusão do	Parceria existente com realização da I Campanha de Mamografias	Novos TCTs ou aditivos realizados	Número absoluto	2

	fornecimento de medicamentos não padronizados no Sistema Único de Saúde.				
158	Celebrar termo de cooperação com instituições públicas hospitalares com o objetivo de auxiliar tecnicamente, mediante a elaboração de laudos médicos, a Defensoria Pública nos casos judicializados ou a serem judicializados.	Inexistente	TCT's firmados	Número absoluto	2
159	Organizar <i>workshops</i> nas Regionais, voltados, sobretudo, aos Defensores Públicos, para discutir questões relativas à saúde pública e estratégias uniformes a serem adotadas para a máxima efetivação do direito à saúde.	Inexistente	<i>Workshops</i> realizados.	Número absoluto	5
160	Buscar aprimorar a capacitação e a humanização dos Defensores Públicos e servidores administrativos responsáveis pela área de saúde pública de Belo Horizonte, mediante contato interdisciplinar com profissionais médicos, psicólogos e assistentes sociais.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

161	Fortalecer a atuação da Defensoria Especializada em Saúde nas ações coletivas, fomentando a realização de reuniões e visitas para a coleta de informações para a instrução das referidas ações.	Indefinido	Reuniões ou visitas realizadas	Número absoluto	5
------------	---	------------	--------------------------------	-----------------	---

3.2.6.3 Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
162	Atuar junto aos órgãos públicos para a criação e ampliação de abrigos e casas de acolhimento da mulher vítima de violência, visando a seu atendimento integral e especializado.	A Defensoria Especializada já vem participando de reuniões com este objetivo.	Abrigos e casas de acolhimento criadas e ou/ ampliadas.	Número absoluto	3
163	Estabelecer atuação multidisciplinar com os profissionais da área de psicologia e assistência social em exercício na Casa de Direitos Humanos bem como por intermédio das estagiárias de psicologia da DPMG.	Capacitação programada com estagiárias e Centro de Referência Risoleta Neves.	Atendimento multidisciplinar implantado.	Número absoluto	1

164	Buscar parcerias para ampliar e melhorar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência.	Já em fase de reuniões para conhecimento sobre os órgãos, suas funções e organização de projetos de prevenção e atuação judicial.	Parcerias firmadas	Número absoluto	2
165	Trabalhar pela implementação de um fluxo de encaminhamentos entre os órgãos que compõem a rede.	Fluxo definido de encaminhamento ao PVD e ao Benvinda.	Fluxo estabelecido	Número absoluto	1
166	Participar dos conselhos de defesa da mulher, municipal, estadual e federal.	Já existe participação efetiva nos Conselhos.	Reuniões realizadas	Número absoluto	3
167	Participar e promover curso de capacitação em direitos da mulher em situação de violência.	Participação e elaboração de projeto em andamento com o mesmo objetivo.	Pessoas capacitadas	Número absoluto	50
168	Realizar reunião anual com os Defensores que atuam nos NUDEM's de Minas Gerais.	Inexistente	Reunião/ encontro realizado	Número absoluto	1
169	Participar de eventos cujo tema seja "Direitos da Mulher".	Participação intensa e ativa em todos os eventos aos quais somos convidadas.	Participação em eventos	Número absoluto	3

3.2.6.4 Defensoria Especializada da Infância e Juventude

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
170	Instalar sala de apoio para a Defensoria da Infância e Juventude no edifício sede em BH.	Inexistente	Sala de apoio instalada	Número absoluto	1
171	Atuar junto aos órgãos públicos para conscientização, implementação e fortalecimento da atribuição do Defensor Público como curador da criança e do adolescente.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
172	Melhorar a estrutura da espera, com redefinição do setor de triagem geral.	Inexistente	Melhoria implementada	Número absoluto	1
173	Atuar junto aos órgãos públicos para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes à educação e à obtenção de vagas em creches.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
174	Atuar junto às entidades de acolhimento para prestar atendimento jurídico especializado às crianças e adolescentes nos termos das recomendações 01 e 02 do Fórum Nacional Permanente dos Defensores Públicos Coordenadores de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Inexistente	Entidades visitadas	Número absoluto	5

175	Atuar junto às redes componentes do sistema de garantias da criança e do adolescente (Forpaz, RMSE, PPCAAM, PAIR).	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	10
176	Promover plantão especial durante o evento mundial de futebol, inclusive com <i>stand</i> na Funfest.	Reuniões já iniciadas	Participação concretizada	Número absoluto	1

3.2.6.5 Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
177	Promover II curso de capacitação de servidores e Defensores quanto ao atendimento ao idoso e pessoas com deficiência.	Já realizado I Curso em maio de 2014	Curso realizado	Número absoluto	1
178	Elaborar projeto para acessibilidade em órgãos públicos, proferindo recomendações.	Indefinido	Projeto elaborado	Número absoluto	1
179	Atuar na rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência, com assento e participação nos conselhos.	Indefinido	Participação em reuniões de conselhos.	Número absoluto	10

180	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho do Idoso.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	10
181	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho da Pessoa com Deficiência.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	10
182	Atuar junto às redes estadual e municipal de educação, para evitar a aprovação automática dos alunos com deficiência.	Indefinido	Reuniões realizadas, participação em audiência pública sobre o tema; ações individuais ajuizadas; ação civil pública ajuizada.	Número absoluto	5
183	Criar estrutura de atendimento dotada de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, para atendimento adequado ao idoso e à pessoa com deficiência.	Indefinido	Estrutura multidisciplinar funcionando	Número absoluto	1
184	Treinar alguns servidores da Defensoria Pública (atendimento) em Libras (língua de sinais), para o atendimento adequado das pessoas com deficiência auditiva.	Indefinido	Servidores treinados	Número absoluto	10

3.2.6.6 Defensoria Especializada do Consumidor

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
185	Criar programa intitulado “Um dedo de prosa: Consumidor Consciente”.	Em elaboração	Palestras realizadas	Número absoluto	6
186	Promover parcerias com fornecedores que possuem significativo número de conflitos com assistidos para solução extrajudicial.	Inexistente	Parcerias firmadas	Número absoluto	3
187	Promover reunião anual para troca de experiências entre as Defensorias que atuam em direito do consumidor, para fins de criar programa de atuação uniforme no estado, quanto aos direitos coletivos.	Inexistente	Reunião realizada	Número absoluto	1

3.2.6.7 Defensoria Especializada Tribunais Superiores

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
188	Criar banco de teses e jurisprudência.	Existência de banco de petições, mas que não sofre atualizações.	Banco criado	Número absoluto	1
189	Criar projeto para estruturação do órgão visando o processo digital.	Em execução	Estruturação implantada	Número	1
190	Criação de apoio administrativo para pesquisa jurisprudencial auxiliando na elaboração de recursos.	Estrutura inexistente	Setor criado	Número absoluto	1
191	Fortalecer o setor de Distribuição de Processos.	Setor existente	Melhorias implantadas	Número	1
192	Realizar videoconferência para facilitar intercâmbio entre 1ª e 2ª Instância.	Projeto já executado em 2013	Videoconferência realizada	Número	2

3. CONCLUSÃO

Encerra-se a elaboração do Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com a certeza de dever cumprido e ciência da significativa melhoria no exercício diuturno de planejar o futuro. Sabe-se que mais um passo de um longo caminho foi dado.

Prudente observar que um novo planejamento foi realizado no momento em que se encerra um ciclo de gestão de quatro anos. Assim, foi possível traçar um diagnóstico dos avanços e necessidades, sem, no entanto, perder o frescor de novas ideias e projetos que também vieram de várias comarcas do extenso Estado mineiro.

Outra conclusão, indissociável, consiste no fato de que nenhuma instituição se sustenta de forma eficiente, por um período razoável de tempo, se não observar e planejar seu crescimento.

Neste sentido, a Defensoria mineira tem buscado seguir seu caminho, no mesmo diapasão do crescimento das Defensorias Públicas Estaduais, sendo que o debate interno é fundamental para a construção de um projeto de desenvolvimento virtuoso.

O trabalho desenvolvido com o contato pessoal com os coordenadores regionais foi fundamental para a discussão das necessidades de todas as regiões de Minas Gerais, sendo também fundamental a possibilidade de se divulgar a importância do planejamento.

Muito se aprendeu, muito está por vir. Mas há pilares sólidos, aguardando-se os frutos, como a criação de cargos para área meio, além de apoio à área finalística, com a criação de cargos de assessores e incremento no número de defensores e estagiários, eis que a maior deficiência da Defensoria mineira é sua carência de pessoal.

Mais do que planejar durante o ano de 2013, outro importante avanço foi o monitoramento formal das ações previstas, sendo este outro grande desafio, qual seja, ultrapassar o segundo passo do ciclo de gestão: avaliar e reconduzir. Desta forma, a satisfação de ter-se cumprido um plano motiva e possibilita a transparência.

Apresenta-se, assim um plano, colhido pelas mais diversas vozes, embora a massiva participação de todos os agentes envolvidos seja mais um dos seus desafios. Que ele possa alcançar todos os órgãos de atuação hoje existentes, importando em melhorias à prestação jurídica ao assistido hipossuficiente, expandindo-se progressivamente para a totalidade das comarcas mineiras. Afinal, deseja-se que a implantação da Defensoria nas comarcas seja, efetivamente, um direito de todos.